

António Rosas*, Ramón Máiz**

Da Cultura Política às Práticas Culturais Democráticas

R E S U M O

Partindo de pressupostos pós-positivistas, as contribuições do neo-institucionalismo sociológico nos estudos da cultura, oriundas sobretudo de áreas como a história social, a antropologia cultural, as sociologias da cultura e dos novos movimentos sociais, ao partirem das noções de cultura como prática, são aquelas que melhor poderão contribuir para uma definição normativa e simultaneamente útil desta variável na Teoria da Democracia. Neste artigo, tentaremos descrever essas contribuições, exibindo algumas das suas vantagens e limitações, para mostrar, em seguida, como uma concepção pós-geertziana da cultura como prática semiótica é a mais adequada para identificar, descrever e explicar as variáveis simbólicas nos regimes democráticos entendidos como sistemas políticos de não dominação.

Introdução

If you talk about essence – you are merely noting a convention.

Wittgenstein

As sucessivas reelaborações conceptuais e os estudos empíricos relacionados com a cultura política foram sempre uma espécie de *chasse gardée* da ciência política positivista. Não é preciso folhearmos muitas publicações científicas da especialidade para constatar a evidência. Em todos essas obras, algumas já consideradas como clássicos da ciência política,¹ podemos no entanto detectar a mesma ideia de cultura política. Dotada de uma natureza “psicológica ou subjectiva”, aquela é definida como a *distribuição agregada, numa determinada população, das atitudes, crenças, orientações, ou valores, relacionadas com ou à cerca da política.*²

Esta abordagem da cultura e das suas categorias (valores, crenças, ideologias, sentimentos individuais ou partilhados), de inspiração funcionalista e positivista, que vê estas como

* Investigador e Professor Universitário. Doutorado em Ciências Políticas e Sociais / Universidade de Santiago de Compostela (anjoserosas@gmail.com).

** Este artigo foi escrito, enquanto um dos autores terminava a Tese de Doutoramento em Ciência Política na Universidade de Santiago de Compostela. O facto de basear-se, na maior parte, na literatura especializada anglo-saxónica, não pretendeu substituir, obviamente, o recurso aos trabalhos de autores portugueses que a partir de diferentes ciências, estudam as relações entre as culturas como fenómenos semióticos e a política.

¹ ALMOND e VERBA, 1963; PYE e VERBA, 1965; ECKSTEIN, 1966, 1988, 1996; ALMOND, 1956, 1982; INGLEHART 1985, 1988, 1990, 1997.

² ALMOND, 1982: 26.

orientações subjectivas da acção ou como variáveis internalizadas de padrões culturais servindo de orientação à acção, não se distingue, porém, no essencial, da que subjaz à tradição empirista rival em ciência política³.

Com efeito, a perspectiva económica, ou *Rational Choice* (RCT), estipula uma determinada psicologia (*belief-desire psychology*) como fim último da razão instrumental,⁴ com a diferença de que quer o determinismo, quer os micro-mecanismos que explicam o impacto da cultura sobre a acção, serem, no seu caso, tanto neutralizados como explicitados.

Nos anos 80 e 90, autores como Wildavsky ou Lane⁵ ou Lane, entre outros, chegariam mesmo a sublinhar a importância das variáveis culturais na compreensão das decisões racionais, ao atribuir-lhes uma ascendência ontológica e metodológica dificilmente aceitável pelos behavioristas. Com a entronização da cultura política como teoria geral dos comportamentos políticos, estes autores pretendiam suplantam as insuficiências dos primeiros modelos da racionalidade instrumental através da sua inserção em “culturas” sub-grupais. O objectivo era definir, caso a caso, fosse nacional ou sub-nacional, os mecanismos através dos quais certos fins ou motivações produziam determinados resultados.

Esta relativa endogenização de interesses, utilidades e preferências, não bastou, porém, para alterar as abordagens da cultura implícitas no modelo da racionalidade instrumental. Em consequência, aquela continuou a ser encarada, na maior parte dos casos, como uma variável latente, pré-política, “natural”, “exógena”, com consequências normativas e empíricas importantes para os estudos das culturas políticas e dos comportamentos.

Ora as concepções que vêm as culturas ou como essências, ou como factos positivos⁶, ou ainda como “bagagens” psicológicas de sujeitos racionais com um menor ou maior grau de omnisciência (ou, no pólo oposto, de condicionamento estrutural), pecam, sobretudo, pelo modo como ignoram, ou tendem a neutralizar, a natureza social e constitutiva da cultura e dos processos simbólicos em geral, assim como a sua inserção, eventual ou automática, nos processos históricos e nas relações do poder. Com efeito, definir ou explicar a “cultura” dos portugueses por certos traços de lusitanidade, ou estipular um eventual desinteresse da maioria dos cidadãos pela participação política a partir de sondagens pode ser um exercício académico não apenas tautológico como empírica e heurísticamente discutível⁷. E o mesmo pode suceder a uma concepção pretensamente neutra da racionalidade, que a isola da sua imersão convencional, histórica e política, para postulá-la como uma *facultas* estratégica face a constrangimentos e a oportunidades estruturais de natureza tanto tangível como intangível⁸.

³ LAUDAN, 1977.

⁴ ELSTER, 1986; COX, 2004; GREEN e SHAPIRO, 1994.

⁵ WILDAWSKI, 1987; LANE, 1992.

⁶ Culturas nacionais que preexistem e determinam os comportamentos dos agentes (*sedimented essences*, Huntington, 1993, 1996; Ortner, 1997: 8-9). Ver as críticas de Johnson (2003) e Wedeen (2002) a esta visão essencialista e reducionista da cultura, que encara os padrões culturais como herdados e inertes.

⁷ O que não significa a rejeição dos métodos quantitativos na investigação da cultura *latu sensu* ou da cultura política em particular.

⁸ “(...) rational choice theory, as currently practiced, lacks the conceptual and methodological tools necessary to explain the emergence and transformation of the cultural frameworks within which calculation takes place” (Sewell 2005: 269). Ver igualmente SOMERS, 1998.

Perante este panorama, é de referir que dos três neo-institucionalismos dominantes nos estudos anglo-saxónicos de sociologia da cultura, o neo-institucionalismo sociológico (NIS), é aquele que, pela sua filiação ao constructivismo social e às mais variadas influências das ciências humanas e sociais, maior atenção tem suscitado nos estudos especializados da Ciência Política sobre a cultura. Através da sociologia da cultura, o NIS tem desenvolvido, em conjugação com outras áreas de estudo, tais como a psicologia cognitiva e a psicologia social, outras formas de abordar os fenómenos culturais nas sociedades contemporâneas.⁹

A seguir tentaremos descrever as principais contribuições desta perspectiva, mostrando ainda como têm sido “acompanhadas” pelos estudos teóricos e empíricos da sociologia da cultura e dos Novos Movimentos Sociais (NMS).

Como o neo-institucionalismo vê a cultura

Especialmente em sociologia, são notáveis as diferenças nas formas de encarar os processos políticos e culturais entre as perspectivas funcionalistas/behavioristas, individualistas, e as realistas e pós-positivistas. Com origens na antropologia, na etnometodologia, no constructivismo social fenomenológico e no interaccionismo simbólico, a concepção de cultura geralmente proposta pelo NIS parece demonstrar não apenas uma actualidade e influências crescentes como uma capacidade notável para gerar sinergias conjuntamente com as perspectivas behavioristas e económicas.

As proposições de base do NIS podem ser resumidas do seguinte modo¹⁰: 1) A cultura, dada a sua abrangência e centralidade nos processos sociais, é fortemente associada às instituições, que passam a ser concebidas, *latu sensu*, não apenas como regras formais, procedimentos, ou normas, mas como *scripts* cognitivos e moldes morais (*moral templates*) que, por fornecerem os actores com “*frames* de significado” (*frames of meaning*) (“marcos interpretativos”¹¹), são guias imprescindíveis da acção; 2) as relações entre as instituições e a acção individual ou colectiva assentam na dimensão cognitiva desses impactes institucionais, ou seja, no modo como as instituições fornecem *scripts* cognitivos, categorias e modelos sem os quais o mundo ou os comportamentos não podem ser interpretados; 3) tanto a origem como as mutações das práticas institucionais são explicadas não por critérios de eficiência, como sucede na abordagem da RCI, mas porque são validáveis num determinado ambiente cultural (*broader cultural environment*).

Em relação ao primeiro princípio podemos, desde já, extrair algumas conclusões. Se a cultura é fortemente assimilada às instituições, as explicações tradicionais da Ciência Política e da Sociologia Política sobre a cultura política, que assentam em valores e atitudes compartilhadas (vulgo Cultura Política) por indivíduos isolados e tomados como ponto de partida e de chegada da análise (individualismo metodológico), deixam de fazer sentido. De facto, uma redefinição da cultura como instituição permite redescrevê-la como uma “rede de rotinas” (*network of routines*),

⁹ DIMAGGIO, 1997.

¹⁰ HALL e TAYLOR, 1996: 947.

¹¹ MÁIZ, 2004: 83-153.

de símbolos, ou de *scripts*, que servem de base ou funcionam como moldes (*templates*) aos comportamentos.¹²

A relação entre as instituições e a acção também merece algumas considerações. Permite encarar as instituições não como factos ou processos externos às acções dos indivíduos ou das organizações (como objectos científicos positivos), mas como uma pluralidade de sentidos e de interpretações que definem e afectam não apenas a racionalidade instrumental como as suas próprias preferências e identidades dos indivíduos. “Accordingly, many sociological institutionalists emphasize the highly-interactive and mutually constitutive character of the relationship between institutions and individual action”.¹³

Dos três princípios citados, o terceiro é de importância crucial. Vendo bem, é aquele que atribui à cultura ou às variáveis simbólicas um papel que as diferencia de modo decisivo da RCI ou do neo-institucionalismo económico. Para os neo-institucionalistas, a cultura não é uma variável residual ou subliminável sob critérios, mesmo que relativizáveis, de eficiência. Os fenómenos culturais, como dimensões simbólicas das instituições, são componentes essenciais quer da sua compreensibilidade como da própria identidade dos sujeitos.¹⁴

Se as instituições não são estruturas ou objectos sociais externos à acção ou à racionalidade dos indivíduos, delimitando ou favorecendo *sui generis* a acção, ou moldando e impregnando as descrições dessa racionalidade, então a explicação para a adopção de práticas deve ser procurada, para cada caso, na legitimidade social das organizações ou dos seus participantes. Como diz Gamson,¹⁵ não são poucos os factores capazes de dissuadir os indivíduos de participarem ou de fundarem movimentos, assinarem petições, ou a participarem em manifestações, em *sit-ins* ou nas mais variadas formas de acções de protesto. Tal não tem impedido, porém, que o façam, e muitas vezes independentemente de saberem se têm, ou não, boas razões para tal.

A cultura na Sociologia e nos estudos dos Novos Movimentos Sociais

Vários autores estão de acordo de que os fenómenos simbólicos e da linguagem são centrais aos processos políticos. O modo como chegaram a essa conclusão resultou em larga medida das influências do interpretativismo e dos estudos hermenêuticos nas ciências sociais, particularmente na antropologia, bem como em áreas de especialização relativamente recentes como os estudos pioneiros que alguns sociólogos americanos produziram sobre os NMS's, ou Novos Movimentos Sociais, a partir dos anos 60 e 70. Uma das consequências mais reveladoras desta influência traduziu-se numa mudança de paradigma nos estudos sociológicos da cultura, que passaram de uma abordagem de tipo exclusivamente weberiano ou durkheimiano, a uma centrada nas práticas dos actores (Swidler, 1995). A seguir, debruçar-nos-emos sobre essas perspectivas, começando pela evolução registada na sociologia da cultura; depois trataremos dessas influências nos estudos sociológicos sobre os Novos Movimentos Sociais (NMS).

¹² HALL e TAYLOR, 1996; SWIDLER 1986; MARCH e OLSEN, 1989.

¹³ HALL e TAYLOR, 1996: 948.

¹⁴ FRIEDLAND e ALFORD, 1991.

¹⁵ GAMSON, 1995.

Max Weber¹⁶ encarava as culturas como sistemas complexos de ideias que moldavam as motivações individuais da acção. Na identificação de como uma determinada cultura, ou de como uma determinada tipificação cultural de grupo (*mundivisão*), motivava a acção, residia, no seu entender, o verdadeiro sentido da explicação. Durkheim,¹⁷ pelo contrário, encarava-as como representações colectivas, ou como veículos de um processo fundamental, no qual os símbolos, compartilhados publicamente, *constituíam* os grupos sociais, ao mesmo tempo que constrangiam e moldavam as consciências individuais.

Parsons,¹⁸ no seu esforço de síntese, optou por teorizar o sistema cultural como um “paramount value system”, recorrendo às noções basilares de valores e de normas.¹⁹ Encarava os valores como fins últimos, embora compartilhados, da acção, enquanto que as normas eram entendidas como regras culturais igualmente compartilhadas que definiam os meios mais apropriados para alcançar fins valorados. O carácter psicológico dos valores parsonianos, assim como a vocação abstracta das suas normas sistémicas acabariam, no entanto, por produzir fracós resultados empíricos.²⁰

Embora Geertz,²¹ um discípulo de Parsons, possa ser considerado como o expoente do primeiro paradigma, os seus trabalhos sem dúvida que preluíram o paradigma concorrente, ao atribuírem às estruturas simbólicas uma autonomia e um peso sem precedentes desde Weber e de Durkheim. Para Geertz, a cultura deve ser estudada não pelos seus efeitos nas acções dos indivíduos ou das colectividades, mas sim pelos seus significados. O seu objectivo não é pois estudar os significados existentes nas mentes dos indivíduos, mas sim os símbolos que a cada momento estão publicamente disponíveis.

Distanciando-se do funcionalismo antropológico de Boas e de Benedict, ou da sociologia funcionalista individualista Weber e de Parsons (a versão estrutural), a posição de Geertz é a de que se a cultura influencia a acção, não o faz por estabelecer objectivos, mas sim por consistir em vocabulários de significados, de símbolos e de emoções, sem os quais não haveria sequer uma procura. As implicações desta perspectiva, nos limites daquilo que designaríamos pelo primeiro paradigma nos estudos da cultura, são evidentes e assinalam a ocaso do psicologismo funcionalista parsoniano. O resultado, significativo para tudo o que vier a seguir, consistiu numa objectivação da cultura e dos símbolos capaz de ultrapassar os limites da antropologia e fecundar várias disciplinas. Como diz Ortner: “Geertz most radical theoretical move was to argue that culture is not something locked inside people’s heads, but rather is embodied in public symbols, symbols through which the members of a society communicate their worldview, value-orientations, ethos, and all the rest to one another, to future generations – and to anthropologists. With this formulation, Geertz gave the hitherto elusive concept of culture a relatively fixed focus, and a degree of objectivity, that it did not have before.”²²

¹⁶ WEBER, 1946a, 1946b.

¹⁷ DURKHEIM, 1965.

¹⁸ PARSONS, 1953.

¹⁹ SMELSER, 1992: 13.

²⁰ DIMAGGIO, 1997; SWIDLER, 1995.

²¹ GEERTZ, 1973.

²² ORTNER, 1984.

Ora se esta alteração do saber sociológico sobre a cultura teve, e continua a ter, uma importância decisiva nos estudos da sociologia da cultura, tem suscitado, desde os anos 80, fortes resistências.

Uma das críticas mais pertinentes é a de tender a encarar as culturas como sistemas simbólicos estáticos, sem costuras, lógico consistentes - fora, portanto, da história e das relações de poder.²³ Numa perspectiva não holista, e muitas vezes em conflito aberto com a interpretação geertziana, Swidler, entre outros, têm vindo a encarar a cultura com um *tool kit*,²⁴ ou como uma “caixa de ferramentas”. A cultura influencia a acção, nomeadamente a política, “not by providing the ultimate values toward which action is oriented, but by shaping a repertoire or ‘tool kit’ of habits, skills and styles which people use in constructing strategies of action.”²⁵ Para Reed, “a cultural toolkit is not used instrumentally as means to a specific end, but rather provides schemas and blueprints for the ensuing action-in-situation. Actors mobilize certain frames, depending upon the situation, to motivate action and construct meaningful interpretations”.²⁶

Embora estejam ainda por clarificar os pressupostos cognitivos da teoria dos usos culturais, vai sendo possível avançar pelos caminhos desta importante derivação no novo paradigma com a ajuda de algumas contribuições relativamente consensuais nos campos das psicologias social e cognitiva.²⁷ Seja como for, as vantagens empíricas parecem ser imediatas. Se a cultura não é entendida como um sistema simbólico, ou como um conjunto de valores essenciais identificando grupos particulares e isolando-os dos demais, mas como um repertório disponível de estratégias de acção, as ferramentas culturais, por serem discretas, locais e destinadas a fins específicos, podem ser concebidas como variáveis explicativas conjuntamente com as variáveis mais estruturais.²⁸

As vantagens analíticas e empíricas desta perspectiva, porém, ao incidirem no modo como os valores ou as variáveis culturais operam na prática, produzindo acção ou resultando da acção, não têm impedido que esta peque por reduccionismo, ao perder de vista a estrutura significativa inerente a qualquer prática (Saussure, Lévy-Strauss). Com efeito, se a ideia de *tool-kit* permite compreender o carácter contraditório, fluido, contingente, contestado, permanentemente em aberto e em risco, da cultura (Foucault, Bourdieu, Swidler, Sewell, Derrida, Máiz, Certeau, Wendt, Steimetz, entre outros)²⁹, não é menos verdade que tende a esquecer a estrutura simbólica ou o capital simbólico socialmente disponíveis sem os quais esses repertórios carecem de significado. “The employment of a symbol can be expected to accomplish a particular goal only because the symbols have more or less determinate meanings – meanings specified by their systematically structured relations to other symbols. Hence practice implies system”.³⁰

²³ WEDEEN, 2002: 719.

²⁴ SWIDLER, 1986.

²⁵ BREIGER, 2000; SWIDLER, 1986.

²⁶ REED, 2004.

²⁷ DIMAGGIO, 1997.

²⁸ SWIDLER, 1986, HECHTER, 1992; JOHNSON, 2003.

²⁹ Influenciado, por exemplo, pelas relações de poder entre os actores. Ver também as críticas de Máiz (em 2003, por exemplo) a esta visão fixista e essencialista da cultura ainda presente nos estudos do nacionalismo.

³⁰ SEWELL, 1999.

Para evitar este problema, Sewell e Wedeen têm vindo a propor uma nova articulação teórica, ao definirem a cultura e as culturas como “práticas semióticas” compostas tanto pelas práticas materiais dos actores como pelas estruturas de significação associadas³¹.

As vantagens desta concepção, ao ter em conta os aspectos estruturais e simbólicos da cultura e o modo como são produzidos, reproduzidos e transformados pelas práticas dos actores, parecem evidentes. Os caracteres contingentes, contestados e dinâmicos da cultura *latu sensu*, assim como das culturas particulares, ficam assim ressalvados, ao mesmo tempo que são acautelados os pressupostos estruturais das acções significantes. No entanto, uma tal solução acarreta, necessariamente, um problema, que é o de como conceptualizar a articulação, para cada momento e cada caso específico, entre estrutura e acção, sistema e prática, subjectividade e objectividade.³²

Este problema tem sido abordado, entre outros, por Sewell,³³ para quem a cultura, como *dimensão semiótica de qualquer prática social*³⁴, ou como *prática semiótica*³⁵, é sempre uma comunicação de informações que constrói o “social” a partir de uma sistematicidade histórica, aberta e em risco (*thin coherence*), que embora relativamente autónoma no seu princípio estruturante e no grau da intercontextualidade dos seus significados, nunca é independente de outras dimensões igualmente fulcrais da acção, tais como as relações de poder, a espacialidade ou a distribuição de recursos.³⁶ Como diz Sewell, numa posição que é, como veremos, compatível como a concepção realista da cultura - “from the fact that all social action is meaningful, it does not necessarily follow that social action is shaped by nothing but meaning”.³⁷ O que não significa que o estudo de cada problema ou situação, podendo envolver uma ou mais estruturas espaciais e temporais de um campo institucional (constitucional-político, criminal-legal, etc.), não seja sempre incompleto se não envolver a análise de como os sistemas simbólicos fazendo parte dessas estruturas afectam ou constituem práticas concretas e como estas reproduzem ou transformam os sistemas simbólicos³⁸.

³¹ Para uma definição de prática, FREEDEN, 2005: 239.

³² SEWELL, 1992; ARCHER, 1995; BEISSINGER, 2002: 12 e segs.

³³ SEWELL, 1999, retomado em 2005.

³⁴ “Culture is neither a particular kind of practice nor practice that takes place in a particular social location. It is rather the semiotic dimension of human social practice in general” (Sewell, 1999).

³⁵ Não apenas linguística ou discursiva, mas também icónica, lúdica, espacial, técnica, gestual, ritual, disciplinar, etc. (Sewell, 2005: 335).

³⁶ Para Sewell, o carácter dual das estruturas como condições e fins da acção implica necessariamente a dualidade simbólico e material das práticas e das estruturas. Na sua revisão do estruturalismo reflexivo de Giddens e do conceito de *habitus* de Bourdieu (Bourdieu, 1990; Sewell, 1992), Sewell concebe as estruturas que compõem as esferas institucionais da sociedade de forma dual, ou seja, como esquemas (*schemes*) e recursos (humanos e não-humanos). No mesmo sentido vão autores neo-institucionalistas como Friedland e Alford (1991), ao conceberem as lógicas institucionais como dualidade de práticas e sistemas simbólicos. A correspondência sewelliana entre a dualidade das práticas e das estruturas carece, no entanto, de ser clarificada. Apesar da transição micro-macro não ser feita por abstracção, mas sim através da articulação entre as diferentes modalidades das práticas semióticas (Sewell, 2005), está ainda por esclarecer e formular uma teoria dessa articulação.

³⁷ SEWELL, 2005: 164, nota.

³⁸ Segundo Sewell (1999), a relação entre variáveis materiais e simbólicas é dialéctica, o que significa que os dois pólos se influenciam mutuamente sem que as sínteses resultantes percam autonomia. No mesmo sentido vai Wedeen, ao dizer que a concepção da cultura como *prática semiótica* implica a dualidade histórica e política entre as práticas

Como se vê, é já grande a diferença entre estas perspectivas e aquela que a partir principalmente de Weber chega até Geertz, aos sociólogos funcionalistas da Teoria da Modernização e aos politólogos behavioristas da *Political Culture Research*. As culturas e as suas categorias já não são essências inexplicavelmente objectivadas, variáveis latentes, as “informações para a selecção de equilíbrio” dos autores económicos (por exemplo, Tsebelis 1997), ou simples equivalentes semânticos de motivações psicológicas individuais. Analisar a cultura equivale a estudar³⁹: 1) as práticas de produção de significados – não apenas a linguagem, mas os “discursos multiseimióticos” que caracterizam os “textos” da modernidade⁴⁰ – ou seja, o que a linguagem e os símbolos *fazem* (variável explicativa), 2) o modo como resultam de contextos institucionais e estruturais específicos - de dominação ou de interesses estratégicos (variável dependente) e 3) os fenómenos propriamente políticos, atendendo ao modo e à razão pela qual os actores os investem com significados específicos.

Ora os estudos sociológicos sobre os Novos Movimentos Sociais (NMS), principalmente a partir dos anos 70, ao socorrerem-se cada vez mais dos conceitos culturais de *frame* e de *framing* como variáveis explicativas da mobilização política têm convergido para esta perspectiva.⁴¹

Com efeito, tem havido uma comprovação empírica assinalável de que quer os recursos organizativos dos actores, quer as oportunidades políticas estruturais que os condicionam, embora variáveis explicativas importantes da acção colectiva, não bastam para compreender os processos de mobilização levados a cabo pelos movimentos sociais. O uso estratégico das componentes culturais da acção revelar-se-ia assim crucial para compreender a produção e a ruptura de muitas práticas sociais que chegam mesmo a afectar duradouramente as super-estruturas simbólicas, os recursos e as estruturas.⁴² Os conceitos de *frame* e de *framing*⁴³, ao auxiliarem à compreensão dos processos produtivos de natureza semiótica associados às práticas políticas, apresentam-se assim como corolários importantes não só da concepção estratégica dos usos da cultura como de qualquer aproximação aos fenómenos culturais pela via das práticas e das estruturas. Com efeito, as percepções de injustiças sofridas, ou a confiança na exequidade da acção colectiva para solucioná-las, são geralmente activadas (*primed*) estrategicamente pelos movimentos, através de processos materiais de natureza psico-social (*framing*), com o fim de mobilizar prosélitos (e/ou potenciais seguidores) ou conflictualizar relações de poder com terceiros – outros movimentos,

concretas e a sua dimensão sistemática ou simbólica. “Systems of signs are inscribed in material, observable practices; semiotic practices produce material effects, the observable implications of which are so important for positivist social science. And material effects reproduce systems of signification which are communally intelligible and therefore open to interpretation” (Wedeen, 2002: 723)

³⁹ FAIRCLOUGH, 2000: 165.

⁴⁰ MÁIZ, 2003. Para as dificuldades e limitações da concepção da cultura como um dos recursos dos movimentos sociais ver, por exemplo, SHARMAN, 2003.

⁴¹ BENFORD e SNOW, 2000; ZALD, 1996; MÁIZ, 2003: 255)

⁴² Na definição de David Snow, *framing* consiste nos esforços conscientes e estratégicos de grupos para confeccionarem interpretações compartilhadas do mundo e de si mesmos com a finalidade de legitimar e motivar a acção colectiva (McAdam, McCarty, Zald 1996: 6). Maíz (2004: 85) define esses processos de produção simbólica, ou “marcos interpretativos”, como “pautas, modelos ou esquemas elementares mediante os quais são percebidos e interpretados os acontecimentos pelos indivíduos”.

⁴³ SHAPIRO, 2003.

contra-movimentos, governos, etc. Por outras palavras, as componentes culturais da acção política (ideologias, crenças, determinadas instituições informais como hábitos, rotinas, etc.) são usadas muitas vezes estrategicamente e no contexto agentivo pelos actores, podendo o seu processo de construção simbólico-discursivo ser desmontado a partir das unidades de base, as *frames*, agora entendidas como práticas propriamente semióticas.

Na qualidade de estruturas genéricas de sentido, estandardizadas e pré-definidas, as *frames* não esgotam a complexidade da comunicação humana ou as possibilidades da construção discursiva da realidade, mas são uma componente importante destas. Dada a sua ubiquidade como esquemas de simplificação, essas pautas orientam, em muitos casos, as percepções dos actores, podendo, a qualquer momento, serem activadas na memória dos receptores com o fim de permitirem interpretações rápidas e com uma forma pré-orientada (Máiz, 2004: 85-86).

Uma das principais consequências dos processos culturais de *framing*, quer tenham por origem organizações ou grupos ou indivíduos interagindo na vida quotidiana, é a de que não apenas estão quase sempre presentes nos processos políticos como prefiguram qualquer decisão. Se tivermos em linha de conta o projecto institucionalista de inserir as práticas dos actores, individuais ou colectivos, em “estruturas” simbólico/materiais, parece evidente a importância dos discursos e da sua comunicação para o conjunto do sistema inter-institucional. Num sistema aberto e contingente (não funcional) de práticas discursivas cuja produção acompanha qualquer processo de conflictualização política sobre recursos, a produção e o uso de “esquemas”, *scripts* (*frames* de acção) ou *frames* pelos actores, sejam os meios de comunicação social, o Governo, os NMS's ou partido políticos, revelam-se assim primordiais e decisivos na produção e reprodução das identidades dos actores, dos seus interesses e, até, das estruturas sociais.

Implicações para a Teoria da Democracia

Nesta secção tentaremos mostrar a utilidade da concepção pós-geertziana de cultura para a teoria da democracia. Para tal, partiremos do princípio normativo de que esta é indissociável de uma determinada concepção de poder, sendo melhor definida como um sistema político de não dominação.⁴⁴ O nosso argumento é de que uma concepção de cultura como prática semiótica, consistente com a noção dual das estruturas, é a mais adequada para compreender e explicar os processos históricos e políticos em que se desenrolam os conflitos democráticos bem como o papel assumido pelas variáveis simbólicas nesses conflitos. Para o efeito, começaremos por descrever sumariamente a concepção *mainstream* de democracia nos estudos democráticos e a sua relação com uma determinada ideia de poder e da cultura, para em seguida determo-nos criticamente sobre as suas implicações. A secção seguinte será reservada à demonstração das vantagens analíticas e empíricas implícitas na concepção da cultura como prática semiótica.

Se os dois princípios tutelares da teoria clássica da democracia foram, pelo menos desde as origens modernas, o do auto-governo (*self-government*) e o da oposição, parece dificilmente questionável que o segundo tenha sido e continue sendo amplamente secundarizado em relação ao primeiro.

⁴⁴ DALTON, 1996 e 2004.

As razões para esta subalternização são muitas e, como é óbvio, nem sempre de carácter disciplinar. O modelo representativista em vigor nos regimes formais e nas práticas institucionais das democracias ocidentais é indissociável da pujança dos princípios liberais-democratas, desde sempre aptos a secundarizar os aspectos oposicionais da democracia a favor da componente representativa ou de auto-governo. Um tal modelo assenta na desconfiança de que a maioria dos cidadãos não se interessa, não compreende ou não é suficientemente competente àcerca das complexidades da política.

Recentemente, Dalton tentou reformular a tradição elitista do pós-guerra através do conceito de *satisficing behavior*.⁴⁵ Em vez das massas desinteressadas, cognitivamente incompetentes e dependentes da vanguarda iluminada das elites, retratadas pelas primeiras sondagens e estudos de opinião, o modelo representativo de governação tem em conta as novas competências cognitivas dos eleitorados modernos. Se a maior parte dos cidadãos não se interessa ou está mal informada sobre a maior parte dos assuntos públicos, não é menos verdade que muitos são capazes de recorrer a esquemas heurísticos que lhes permitem tomar decisões aparentemente racionais ou especializarem-se até nos temas (*issues*) que mais directamente as afectam. Assente na teoria da modernização, esta concepção moderada não deixa, porém, de encarar a cultura política como um fenómeno positivo, essencial, muitas vezes nacional e primordial, funcionando de cima para baixo.

Não surpreende portanto que o controlo do poder monolítico estatal deva ser, deste ponto de vista, alcançado através de um “emparedamento” constitucional e legal sobre as acções do governo e das principais instituições. O que se pretende é acautelar três objectivos: proteger os cidadãos dos abusos estatais, preservar e dilatar a esfera pública não política, e tornar mais representativos os poderes intermédios, ou os seus agentes, perante os cidadãos.

Para os representativistas, como se vê, não há pois verdadeiros direitos de oposição não delegados. O que se pretende é que os cidadãos participem ou reúnam as condições de participação no interior de um sistema de governo desenhado para representar os seus interesses. As concepções subjacentes do poder e da política são geralmente monolíticas, de natureza jurídico-estatal ou institucional e artificialmente retiradas do âmbito das actividades e estruturas maioritariamente presentes na sociedade, pelo que não parece ser difícil deduzir daqui a utilidade funcional e estratégica de uma concepção essencialista e partilhada da cultura. Determinados rasgos simbólicos colectivos, que podem ir de uma cultura política fixista a uma *Weltanschauung* democrática mecanicamente determinada pelo esforço material da modernização económica, são considerados mais ou menos funcionais do ponto de vista de uma ideia do poder social e do regime que constrói a cidadania unicamente como o seu garante e alicerce e não como um dos *locus* privilegiados da política.

Não deixa de ser surpreendente que a tradição que melhor revitalizou os direitos fundacionais de oposição democrática tenha sido a iniciada por Joseph A. Schumpeter,⁴⁶ embora ao preço da rejeição de qualquer concepção substantiva de democracia como “bem comum” ou como

⁴⁵ PRZEWORSKI, 1996: 4.

⁴⁶ SCHUMPETER, 1942; PRZEWORSKI ET AL., 1997, 1999.

representação de interesses. Na democracia mínima de Schumpeter, em que a gestão limitada e rotativa do poder é executada, *strictu sensu*, através de eleições, ⁴⁷cabe à própria formalidade institucional do mecanismo assegurar os direitos de oposição.

Esta definição competitiva da democracia, agnóstica quanto à natureza do poder social, mas essencial como consagração mínima de direitos de contestação é, no entanto, insuficiente. Mesmo que os custos da subversão do regime por parte dos perdedores não sejam inferiores aos decorrentes da aceitação das regras, a realização regular de eleições entre *entrepreneurs* políticos disciplinados pelas exigências da competição não esgota os direitos de oposição democráticos. “(...) (D)emocracy is not reducible to competition. Often it involves other things as well, notably rights to participate in agenda-setting and to operate as a “loyal” opposition – to render competition meaningful, if for no other reason”.⁴⁸ Por outro lado, nada impede que as regras não sejam respeitadas, ou traduzam interesses de grupos específicos ou de facções da sociedade.

A conclusão pragmática é a de que uma concepção minimalista da democracia deve ser suplementada pelo fortalecimento dos processos competitivos resultantes da “oposição leal”, cujo domínio de aplicação deve ser alargado a todas as actividades e práticas sociais.⁴⁹ Mas com uma ressalva. A de que uma concepção neo-schumpeteriana da democracia acarreta, necessariamente, uma alteração definicional desta, que passa a ser entendida não como um regime político formal, substantivo⁵⁰, um bem ou um conjunto de bens supra-ordenados, mas como um *bem subordinado*, instrumental, destinado a revelar e a minorar as múltiplas formas em que os processos de dominação e de não oposição emergem das actividades humanas.

Ao suplementar a definição minimalista e procedimental da democracia através de uma reformulação realista e pragmática das práticas competitivas democráticas, pretende-se assim minorar ou erradicar todas as formas de dominação ou de interferência ilegítima nos interesses básicos dos cidadãos.⁵¹ Esta concepção da democracia, menos minimalista do que a schumpeteriana⁵², mas menos substancial do que as concepções agregacionistas ou deliberativistas clássicas e pós-modernas, parte portanto do princípio de que se as relações de poder e de

⁴⁷ SHAPIRO, 2003: 57.

⁴⁸ SHAPIRO, 2003.

⁴⁹ A expressão de uma “ideia”, de uma cultura nacional, certos rasgos caracteriológicos nacionais, a expressão de preceitos constitucionais não procedimentais, ideológicos ou substantivos, de um “consenso social”, de uma determinada “opinião pública”, de um “bem comum” calculado a partir de uma *volonté générale*, de um pacto de regime, etc.

⁵⁰ SHAPIRO, 2003: 45.

⁵¹ É notória a influência republicana em Shapiro através da noção da não dominação como bem comum. Maquiavel ([1517], 1979) define este como sendo aquilo que todos os que têm interesse em evitar a dominação partilham.

⁵² Ou, como dizem DiMaggio e Mullen (2000), como determinados actores, acções e objectos, compõem lógicas institucionais servindo de princípios organizadores a domínios institucionais específicos (ver também Friedland e Alford, 1991: 248; Mohr, 2000). Temos aqui em mente, por exemplo, o modo como alguns direitos humanos foram sendo construídos, estipulados e vividos por determinadas grupos em resultado da expansão imperial do Estado-Nação europeu (Marshall, 1977) e como, no presente, estão sujeitos a “pressões” do modelo racional subjacente às novas relações entre Estados na era da globalização (Meyer, 1997; Boli e Thomas, 1999; Jepperson, 1992). A reinterpretação jusnaturalista de muitos direitos individuais liberais da fase inicial do liberalismo por parte do activismo internacional dos Novos Movimentos Sociais, é constatada, por exemplo, por Soysal (1994).

dominação são imanentes às actividades humanas, os sistemas políticos democráticos, caracterizados não apenas pelo auto-governo, como por uma *oposição leal* extensível a todas as esferas institucionais, são os mais aptos a gerir essas relações. Para cada caso, o “exercício democrático” consistirá, pois, em identificar, descrever e explicar o modo como certas práticas associadas a assimetrias de recursos e modos de poder podem estruturar formas de dominação ou de interferência ilegítima nos *interesses básicos*⁵³ dos cidadãos.

A seguir, veremos como a concepção da cultura como prática semiótica, ou como articulação de formas simbólicas, modos de poder e recursos, parece ser a mais adequada para integrar um programa científico realista que do interior da teoria da democracia procura identificar, explicar e gerir os processos sociais e políticos nos quais a dominação pode afectar a competição material e simbólico/discursiva entre instituições e sujeitos.

Realismo crítico e práticas culturais democráticas

O realismo científico, ou transcendental, é uma perspectiva sobre a ciência que acredita na existência de uma realidade independente do observador regulada por relações causais em que são igualmente reais as entidades não observáveis postuladas pelas ciências.⁵⁴ O facto de não haver nenhuma pesquisa sobre o real que não seja condicionada pela teoria, não leva pois o realista a acreditar que o grau dessa intervenção não possa variar, produzindo melhores ou piores explicações da realidade.

Nos estudos da democracia, uma prática científica realista apresenta pelo menos duas vantagens sobre as concorrentes lógico-positivista, logicista e interpretativista. Em primeiro lugar, é agnóstica quanto à perspectiva ou à teoria que, à partida, poderá parecer a mais apropriada para explicar um determinado fenómeno. O que significa que a validade dessa perspectiva só pode ser aquilatada durante a investigação empírica e pelo modo como esta permite formular hipóteses heurísticamente superiores sobre a realidade. Em segundo lugar, ao não afastar a possibilidade das variáveis não observáveis poderem também contribuir decisivamente para a explicação de determinados fenómenos ou resultados, abre-se à descoberta de muitos mecanismos geralmente descartados pelas outras perspectivas ou práticas científicas, mas não menos relevantes para a acumulação de conhecimentos sobre a realidade.

Ora as variáveis culturais, cuja incidência nos fenómenos sociais não é poucas vezes velada ou opaca, configuram este segundo caso. Para uma perspectiva realista, o interesse de uma concepção da cultura como prática semiótica parece ser, pois, manifesto. E o mesmo sucede

⁵³ BHASKAR 1978, 1979; HARRÉ 1994; MILLER 1988; LAUDAN 1977. “We must adopt a realist constructivism according to which reality is a complex of phenomena that exist independently of our conceptual and discursive resources” – and which therefore set limits to the content of our understanding and interpretation of the world – but which only constitute significant facts in so far as they are conceptualized within some interpretational framework” (Máiz, 2003: 253). Sobre a concordância neste ponto entre o realismo e o constructivismo realista ou moderado ver por exemplo as críticas de Bhaskar a Winch, em Bhaskar (1979).

⁵⁴ Birney e Shapiro (2005) mostram como as sondagens podem ser importantes para identificar e descrever percepções generalizadas da opinião pública que são muitas vezes irracionais do ponto de vista dos visados.

quanto à sua inclusão, através da abordagem realista, nos estudos especializados da teoria da democracia fecundados pelas novas análises do poder e da política. Já que para esta perspectiva é mais importante saber qual o peso das variáveis simbólicas nos mecanismos causais das relações de dominação, será sempre preferível ter em conta o modo como as componentes simbólicas são utilizadas ou accionadas pelos agentes, do que seleccionar o real a partir de princípios ontológico e teoricamente pré-determinados.

Por outras palavras, se as descobertas macro-estruturais e comportamentais dos positivistas continuam a ser relevantes nos estudos das culturas nacionais e grupais⁵⁵, uma teoria democrática empenhada na gestão das relações de poder e na defesa dos interesses básicos dos cidadãos está, em princípio, mais motivada a analisar o modo como as produções simbólicas, os recursos dos actores e os diversos modos de poder estruturam determinados “problemas” de análise.

Uma concepção da cultura como prática semiótica parece ser assim a mais adequada, quer metodológica quer teoricamente, para integrar um programa realista nas ciências sociais e na ciência política que visa identificar, compreender e explicar mecanismos causais reais sem cair nas malhas dos reducionismos empirista ou interpretativista.⁵⁶ A compreensão e a resolução dos problemas concretos no âmbito da teoria da democracia, dado não ser estipulada por qualquer programa de investigação específico (RCT, interpretativismo, teoria empirica, funcionalismo estrutural, teoria dos sistemas) é livre de, face a cada caso, optar pelas melhores estratégias para a descoberta dos mecanismos que explicam os fenómenos sociais e políticos sem deixar de atender tanto às dimensões internas como externas da acção⁵⁷.

Deste ponto de vista, será útil salientar que embora as decisões racionais e os comportamentos observáveis possam ser pertinentes e por vezes decisivos na análise do poder e das relações de dominação, estes não esgotam nem o leque das possibilidades de análise, nem são exteriores aos processos culturais indissociáveis das actividades humanas. Há pois que sondar, para cada caso ou problema, além de decisões e dos seus resultados causais, as componentes contrafactuais das inter-relações humanas sem as quais as acções, preferências, interesses, ou identidades, não podem ser compreendidas. Como diz Wedeen: “(...) the purpose (...) is to show how a critical understanding of culture as practices of meaning-making facilitates insights about politics, enabling political scientists to produce sophisticated causal arguments and to treat forms of evidence that, while manifestly political, most political science approaches tend to overlook”.⁵⁸ Partindo da inteligibilidade inerente aos sistemas de significação, é assim possível complementar as perspectivas mais causalistas com o recurso a metodologias interpretativas especialmente desenhadas para detectar os modos como estruturas simbólicas “mínimamente coerentes” são aplicadas de modo lesivo por determinados actores e/ou aceites, sem contestação, por outros.⁵⁹

⁵⁵ SHAPIRO, 2005.

⁵⁶ A noção de que os marcos conceptuais e culturais são constitutivos do conhecimento da realidade não afecta o princípio realista sobre a existência de uma realidade social ontologicamente intransitiva. Como diz Máiz, “uma sociedade socialmente construída pressupõe uma realidade não socialmente construída” (*declaração a um dos autores*).

⁵⁷ WEDEEN, 2002:714.

⁵⁸ WEDEEN, 2002 722; SEWELL, 1999.

⁵⁹ FREEDEN 1996.

Uma perspectiva pós-geertziana da cultura como prática apresenta, portanto, pelo menos três grandes vantagens sobre a concorrente funcionalista e positivista. Em primeiro lugar, desnatura criticamente os conceitos, discursos, emoções e símbolos, permitindo compreender quem, como e com que fim privilegia, impõe ou desconta⁶⁰ esses conceitos, discursos ou símbolos, em detrimento de outros. Deste modo, as componentes tanto culturais como ideológicas das práticas e das estruturas de dominação ou de interferência ilegítima nos interesses básicos dos cidadãos são identificadas, compreendidas e explicadas; depois, ao enquadrar histórica e politicamente os processos sociais, supera a tradicional divisão do trabalho entre ciências humanas e ciências sociais, e entre estas e as ciências ditas exactas, ao integrar perspectivas semióticas, sociológicas, históricas, económicas e da ciência política na compreensão dos fenómenos políticos; por fim, a identificação e a explicação das estruturas duais presentes nas esferas institucionais reinscreve o projecto neo-institucionalista no *corpus* teórico e metodológico da disciplina da ciência política, pela via de um programa científico realista que *acredita* em mecanismos causais *reais*, sejam estes observáveis ou não, e procura explicações verdadeiras tanto para as dimensões internas como externas da acção.⁶¹

Se o segundo e o terceiro pontos foram já abordados neste artigo, o primeiro, por envolver as relações entre cultura e ideologia, requer algumas considerações.

Neste caso radica, com efeito, a superação necessária das distinções positivistas ou culturalistas entre os vários tipos de culturas e entre estas e as ideologias.⁶² Embora continue sendo útil manter a distinção entre variáveis ideológicas e culturais, aquelas também devem ser encaradas como configurações das dimensões simbólicas das práticas sociais (*thought-practices*), ao lado das dimensões dos modos de poder e recursos materiais (humanos e não humanos).⁶³ E é nessa qualidade de configurações de sistemas ideais dialecticamente relacionados com modos de poder e recursos, que as ideologias podem, ou não, estar presentes, e em diversos graus e modos, nas instituições ou nas relações sociais.⁶⁴

Componentes essenciais das práticas e das estruturas que as sustentam, as ideologias não são portanto nem “más teorias políticas”, nem conglomerados estáveis e sem costuras de conceitos, discursos ou símbolos, cuja génese e reprodução vivem apartadas de um real político cuja natureza lhe é irredutível ou parcialmente vedada.⁶⁵ Pelo contrário, são componentes fundacionais e essenciais da política, ao estabelecerem orientações, entendimentos e avaliações morais que na qualidade de estruturas dinâmicas de significados e de acção, servem de veículos ao poder, produzindo efeitos reais de natureza tanto social como material.⁶⁶

⁶⁰ BHASKAR 1978, 1979; MILLER 1988; HARRÉ 1994; SHAPIRO 2005; WENDT e SHAPIRO 1999; WENDT 1999, GAVENTA 1980.

⁶¹ HUNTINGTON, 1993, 1996.

⁶² FREEDEN, 1996; STEINBERG, 1993:316; WEDEEN, 2002; SEWELL, 1999.

⁶³ WARREN, 1999.

⁶⁴ KANT, 1991. A quimera de uma separação funcional e oportuna entre as ideologias e as práticas (Sartori 1969), paralela à separação essencialista entre cultura e ideologia, é insustentável (Freeden 2005a: 245).

⁶⁵ STEINBERG, 1993: 316.

⁶⁶ FREEDEN, 2005b: 127.

Deste ponto de vista, uma análise realista das ideologias nos sistemas políticos democráticos caracterizados pela *multi-governance*⁶⁷ estará sempre atenta ao modo como determinadas práticas de tipo simbólico ou material configuram ou resultam de negociações e de conflitos entre grupos, instituições e actores que, em diferentes posições de poder, aspiram ou à hegemonia,⁶⁸ ou a simples decontestações locais de conceitos e discursos.⁶⁹ A análise e o estudo das ideologias como práticas semióticas peculiares afectando as vidas dos agentes requer, portanto, não apenas uma leitura interna das dimensões semânticas/morfológicas e funcionais/intencionais dos seus elementos constitutivos⁷⁰, como a indagação externa dos elementos genético/causais que as condicionaram ou determinaram.⁷¹

A consideração do papel das ideologias nos processos de mobilização política, bem como a sua articulação com as variáveis mais amplas de carácter cultural, têm suscitado igualmente uma atenção especial nas pesquisas sobre os Novos Movimentos Sociais.⁷² Embora estes estudos tendam a delimitar as suas análises aos usos estratégicos daquelas variáveis (*framings*), parece ser relativamente pacífica a ideia de que tanto as componentes culturais como ideológicas da acção são indissociáveis das práticas e das acções dos actores, neste caso colectivos. Com efeito, foi uma concepção exterior e teórica da ideologia e das ideologias que provocou muitos dos insucessos empíricos nesta área de estudos ao longo dos anos 80 e 90. Após elencar esses erros, entre os quais figuraria a ideia de que as ideologias teriam um elevado grau de coerência e de integração, Snow e Benford concebem a relação entre os processos interpretativos e as ideologias como sendo de não determinação ou de não isomorfismo. Na maior parte dos casos, os primeiros consistem em *elaborações* ou em *articulações* mais ou menos inovadoras das últimas, funcionando ou como extensões ou como antídotos a estas, num trabalho dialógico (que depende dos contextos culturais e discursivos em que estão inseridas. Esta interrelação de variáveis, contingente e aberta, histórica e marcada pelas relações de poder, deixa portanto antever uma complexidade nas interpenetrações ideológico/culturais/ discursivas que só uma análise empírica pode revelar em todas as suas dimensões.

⁶⁷ NORVAL, 2000; LACLAU E MOUFFE, 1985; STEINBERG, 1993.

⁶⁸ FREEDEN, 1996.

⁶⁹ Não apenas discursivos, como extra-linguísticos - rituais, ícones, bandeiras, estilos de vida, expressões populares, imagens, rotinas do dia-a-dia, procedimentos informais, costumes, etc.

⁷⁰ STEINBERG, 1993: 316; FREEDEN, 1996; SKINNER, 1988; SHAPIRO, 2005. O que não impede que a consideração funcional, causal ou semântica das construções culturais do tipo ideológico não possa, em alguns contextos, extravasar o domínio das práticas, para se concentrar nas rupturas estruturais ou em certas discontinuidades formais e materiais. Uma análise ideológica dos eventos (*Events*, Sewell 2005) possibilita, com efeito, identificar e compreender o modo como as variáveis simbólicas relacionadas com a acção política alavancaram um conjunto de processos criativos cuja singularidade não só abalou as continuidades estruturais anteriores, como *inaugurou* um novo ciclo histórico e político (Braudel 1969, Strath 2003).

⁷¹ "Questions concerning the generation of collective action and master frames raise questions about their derivation, which, in turn, beg questions concerning the relationship between collective action frames and the broader culture, and particularly ideology" (SNOW, 2004: 396).

⁷² BAKHTIN, 1981; TODOROV, 1984.

Conclusão

O neo-institucionalismo, ao abraçar diferentes contribuições disciplinares, sugere uma noção de cultura não apenas materialmente diferente da da PCR (culturas nacionais, caracteres dos povos, culturas de estratos sociais ou de classes) como consagra uma ferramenta de trabalho útil e operacionalizável no interior da teoria da democracia baseada em práticas de oposição e de não dominação definidas suplementarmente sobre princípios minimalistas.

Por um lado, por serem indissociáveis das práticas sociais, as culturas são encaradas como construções ideais abertas, plurais, fluidas, contingentes e indeterminadas, agentes e palcos sobrepostos de permanente negociação e contestação. Por outro, uma teoria da democracia que parte de um conceito de poder como móbil eventual de dominação inerente às estruturas e actividades sociais será sempre incompleta se não integrar uma concepção da cultura que lhe seja útil. Parece ser portanto razoável partir-se do princípio de que uma determinada prática significativa de tipo cultural ou ideológico não será necessariamente questionável se não puder ser interpretada e/ou explicada empiricamente como pressupondo ou implicando dominação. Não parece ser menos evidente que deste ponto de vista deverão ser os próprios indivíduos e grupos afectados, apoiados por uma “*judicial review* democrática”, a definir quais os processos políticos mais apropriados na defesa dos seus interesses básicos, tendo em conta que qualquer prática cultural ou ideológica não apenas pode iniciar, como acompanhar ou resultar, das assimetrias das relações de poder que fazem parte das sociedades humanas.

Referências

- ALMOND, G. 1956. “Comparative Political Systems.” *Journal of Political Systems* (Agosto): 391-409.
- _____. 1982. “The Intellectual Story of the Civic Culture Concept.” In Almond G e Verba V. *The Civic Culture Revisited*. Boston: Little Brown.
- ALMOND, G. e VERBA S. 1963, Reed. 1989. *The Civic Culture*. Beverly Hills: Sage.
- ARCHER, M. 1995. *Realist Social Theory: The Morphogenetic Approach*. Cambridge: Cambridge University Press.
- BAKHTIN, M. M., 1981. *The Dialogic Imagination*. Austin: University of Texas Press.
- BENFORD, R. e SNOW, D. 2000. “Framing Processes and Social Movements: An Overview and Assessment.” *Annual Review of Sociology* 26: 611-39.
- BEREZIN, M. 1997. “Politics and Culture. A Less Fissured Terrain.” *Annual Review of Sociology* 23 (Agosto): 361-83.
- BHASKAR, R. 1978. *A Realist Theory of Science*. Sussex: Harvester.
- _____. 1979. *The Possibility of Naturalism*. Sussex: Harvester.
- BIRNEY, M. e SHAPIRO, I. 2005. “The Political Uses of Public Opinion: Lessons from the Estate Tax Repeal.” *Working Paper*, Yale University.
- BOLI, J. e Thomas, G. 1999. *Constructing World Culture*. Stanford: Stanford University Press.
- BOURDIEU, P. 1990. *The Logic of Practice*. Stanford: Stanford University Press.
- BRAUDEL, F. 1969. *Écrits sur l'Histoire*. Paris: Flammarion.
- BREIGER, R. 2000. “A Tool Kit for Practice Theory.” *Poetics* 27: 91-115.
- CHONG, D. 1996. “Interests Versus Values in the Explanation of Social Conflict.” *University of Pennsylvania Law Review* 144: 2079-134.

- COX, G.W. 2004. "Lies, Damned Lies, and Rational Choice Analyses." In Shapiro, I., Smith, R., Masoud, T. (Eds.), *Problems and Methods in the Study of Politics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- DALTON, R. 1996. *Citizen Politics in Western Democracies*. Londres: Chatham House.
- _____.2004. *Democratic Challenges, Democratic Choices*. Oxford: Oxford University Press.
- DIMAGGIO, P. 1997. "Culture and Cognition." *Annual Review of Sociology* 23: 263-87.
- DIMAGGIO, P. e MULLEN, A.L. 2000. "Enacting Community in Progressive America." *Poetics* 27: 135-162.
- DURKHEIM, E. [1915]1965. *The Elementary Forms of the Religious Life*. Nova Iorque: Free Press.
- ECKSTEIN, H. 1966. *Division and Cohesion in a Democracy*. Princeton: Princeton University Press.1988. "A Culturalist Theory of Political Change." *American Political Science Review* 82: 789-804.
- _____.1996. "Culture as a Foundation Concept for the Social Sciences." *Journal of Theoretical Politics* 8: 471-498.
- ELSTER, J. 1986. "The Nature and Scope of Rational Choice Explanation." In LePore E. e McLaughlin (Eds.), *Actions and Events*. Oxford: Blackwell.
- FAIRCLOUGH, N. 2000. "Discourse, Social heory, and Social Research: The Discourse of Welfare Reform." *Journal of Sociolinguistics* 4/2: 163-195.
- FERREE, M.M., GAMSON, W., GERHARDS, J., RUCHT, D. 2002. "Four Models of the Public Sphere in Modern Democracies." *Theory and Society* 31: 289-324.
- FREEDEN, M. 1996. *Ideologies and Political Theory: A Conceptual Approach*. Oxford: Clarendon Press.
- _____.2005a. *Liberal Languages. Ideological Imaginations and Twentieth-Century Progressive Thought*. Princeton: Princeton University Press.
- _____.2005b. "What Should the 'Political' in Political Theory Explore?". *The Journal of Political Philosophy* 13(2): 113-134.
- FRIEDLAND, R. e ALFORD, R. 1991. "Bringing Society Back In: Symbols, Practices, and Institutional Contradictions". In Powell W.W. , DiMaggio, P. (Eds.), *The New Institutionalism in Organizational Analysis*. Chicago: Chicago University Press.
- GAMSON, W. 1995. "Constructing Social Protest." In Johnston, H., Klandermans, B. (Eds.), *Social Movements and Culture*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- GAVENTA, J. 1980. *Power and Powerlessness: Quiescence and Rebellion in the Appalachian Valley*. Urbana: University of Illinois Press.
- GEERTZ, C. 1973. *The Interpretation of Cultures*. Londres: Basic Books.
- GIDDENS, A. 1976. *New Rules of Sociological Method: A Positive Critique of Interpretative Sociologies*. Londres: Hutchinson.
- _____.1979. *Central Problems in Social Theory: Action, Srtucture and Contradiction in Social Analysis*. Berkeley: University of California Press.
- _____.1981.nA *Contemporary Critique of Historical Materialism*. Vol. 1: Londres: Macmillan.
- _____.1984.n *The Constitution of Society*. Berkeley: University of California Press.
- GOFFMAN, E. 1974. *Frame Analysis: An Essay on the Organization of Experience*. Nova Iorque: Harper.
- GREEN, D.P. e SHAPIRO I. 1994. *Pathologies of Rational Choice Theory*. New Haven: Yale University Press.
- HALL, P.A, e TAYLOR R.C.R. 1996. "Political Science and the Three New Institutionalisms". *Political Studies* XLIV: 936-57.
- HARRÉ, H. R. 1994. *Realism Rescued; How Scientific Progress is Possible*. Londres: Duckworth.
- HECHTER, M. 1992. "Should Values be Written Out of the Social Scientist Lexicon?" *Sociological Theory* 10: 214-30.
- _____. 1994. "The Role of Values in Rational Choice Theory." *Rationality and Society* 6(3): 318-33.
- HECHTER, M., KIM, H., BAER, J. 2005. "Prediction Versus Explanation in the Measurement of Values." *European Sociological Review* 21(2): 91-108.
- HECHTER M., KANASAWA S. 1993. "Group Solidarity and Social Change in Japan." *Journal of Theoretical Politics* 5: 455-93.

- HUNTINGTON, S. 1993. "The Clash of Civilizations." *Foreign Affairs* 72(3): 22-4.
- _____. 1996. *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order*. Nova Iorque: Simon and Schuster.
- INGLEHART, R. 1985. "Aggregate Stability and Individual Level Flux in Mass Belief Systems." *American Political Science Review* 79: 97-116.
- _____. 1988. "The Renaissance of Political Culture." *American Political Science Review* 82: 1203-30.
- _____. 1990. *Culture Shift*. Princeton: Princeton University Press.
- _____. 1997. *Modernization and Postmodernization*. Princeton: Princeton University Press.
- JEPPERSON, R. 1992. *National Scripts*. New Haven. Yale, Ph.D. Dissertation.
- JEPPERSON, R. e SWIDLER, A. 1994. "What Properties of Culture Should We Measure?" *Poetics* 22: 359-71.
- JOHNSON, J. 2003. "Conceptual Problems as Obstacles to Progress in Political Science. Four Decades of Political Culture Research." *Journal of Theoretical Politics* 15(1): 87-115.
- KANT, E. 1991. "On the Common Saying: 'This May be True in Theory, but it does not Apply in Practice.'" In H.Reiss (Ed.), *Kant: Political Writings*. Cambridge: Cambridge University Press.
- LACLAU, E. e MOUFFE, C. 1985. *Hegemony and Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics*. Londres: Verso.
- LANE, R. 1992. "Political Culture. Residual Category or General Theory?" *Comparative Political Studies* 25(3): 362-87.
- LAUDAN, L. 1977. *Progress and Its Problems*. Berkeley: University of California Press.
- LEWIS, B. 1961. *The Emergence of Modern Turkey*. Oxford: Oxford University Press.
- MÁIZ, R. 2003. "Framing the Nation: Three Rival Versions of Contemporary Nationalist Ideology." *Journal of Political Ideologies* 8(3) 251-267.
- _____. 2004. "Marcos Políticos Identitários e Medios de Comunicación." In Máiz, R. (Ed.), *Identidade Colectiva e Medios de Comunicación. La Voz de Galicia 1977-1996*. Santiago de Compostela: Fundación Santiago Rey Fenández Latorre, Xunta de Galicia: 83-154.
- MAQUIAVEL, N. | circa 1517 | 1979. *The Discourses*. Harmondsworth: Penguin.
- MARCH, J. e OLSEN, J. 1989. *Rediscovering Institutions*. Londres: Free Press.
- MARSHALL, T.H. 1977. *Class, Citizenship and Social Development*. Chicago: University of Chicago Press.
- McADAM, D., McCARTHY, J.D., ZALD, M. 1996. *Comparative Perspectives on Social Movements: Political Opportunities, Mobilizing Structures, and Cultural Framings*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MEYER, J.W. 1997. "The Changing Cultural Content of the Nation-State: A World Society Perspective." In Steinmetz G.(Ed.), *New Approaches to the State in the Social Sciences*. Ithaca: Cornell University Press.
- MILLER, R. 1988. *Fact and Method: Explanation, Confirmation and Reality in the Natural and the Social Sciences*. Princeton: Princeton University Press.
- MOHR, J. 2000. "Structures, Institutions, and Cultural Analysis." *Poetics* 27: 57-68.
- NORVAL, A.J. 2000. "The Things we do with Words – Contemporary Approaches to the Analysis of Ideology." *British Journal of Political Science* 30: 313-46.
- ORTNER, S. 1984. "Theory in Anthropology since the Sixties." *Comparative Studies in Society and History* 26: 125-66.
- _____. 1997. "Introduction." *Representations* 69 (Verão): 1-13.
- PARSONS, T. 1953. *The Social System*. Nova Iorque: The Free Press.
- PRZEWORSKI, A. 1996. "Democracy as an Equilibrium." Manuscrito. Nova York: New York University.
- _____. 1999. "Minimalist Conception of Democracy: A Defense." In Shapiro, I. e Hacker-Cordón, C., *Democracy's Value*. Cambridge: Cambridge University Press.
- PRZEWORSKI, A. et al. 1997. "Modernization. Theories and Facts." *World Politics* 49(2): 155-83.
- PUTNAM, H. 2002. *The Collapse of Fact/Value Dichotomy*. Cambridge: Harvard University Press.

- PYE, L. e VERBA, S. 1965. *Political Culture and Political Development*. Princeton: Princeton University Press.
- REED, I. 2004. "Love and Theory: Other Ways Culture Could Matter." *Culture* 18(2), p. 6.
- ROGOWSKI, R. 1997 - "Rational Choice as a Weberian View of Culture." *APSA-CP8* (2): 14-15.
- SARTORI, G. 1969 - "Politics, Ideology, and Belief Systems." *American Political Science Review* 63: 398-411.
- SCHUMPETER, J.A. 1942 - *Capitalism, Socialism and Democracy*. Nova Iorque: Harper.
- SATZ, D. e FERREJOHN, J. 1994 - "Rational Choice and Social Theory." *Journal of Philosophy* 91: 71: 87.
- SEARLE, J. 1995 - *The Construction of Social Reality*. Nova Iorque: Free Press.
- SEWELL, W. H. 1992 - "A Theory of Structure: Duality, Agency, and Transformation." *American Journal of Sociology* 98 (1): 1-29.
- _____. 1999 - "The Concept (s) of Culture." In Bonnell, V. e Hunt, L. (Eds.), *Beyond the Cultural Turn*. Berkeley: University of California Press, 35-61.
- _____. 2005 - *The Logics of History*. Chicago: Chicago University Press.
- SHAPIRO, I. 1999. *Democratic Justice*. New Haven: Yale University Press.
- _____. 2003 - *The State of Democratic Theory*. Princeton: Princeton University Press.
- _____. 2005 - *The Flight from Reality in the Human Sciences*. Princeton: Princeton University Press.
- SHARMAN, J.C. 2003 - "Culture, Strategy, and State Centered Explanation of Revolution, 1789 and 1989." *Social Science History* 27(1): 1-24.
- SKINNER, Q. 1988 - "Social Meaning' and the Explanation of Social Action". In Tully, J. (Ed.), *Meaning and Context: Quentin Skinner and his Critics*. Oxford: Oxford University Press.
- SMELSER, N. 1992 - "Culture: Coherent or Incoherent." In Munch, R. e Smelser, N. (Eds.) *Theory of Culture*. Berkeley: University of California Press, 3-27.
- SNOW, D. 2004 - "Framing Processes, Ideology, and Discursive Fields." In Snow D.A., Soule S.A., Kriesi H. (Eds.), *The Blackwell Companion to Social Movements*. Oxford: Blackwell Publishing.
- SNOW, D. e BENFORD, R. 2000 - "Clarifying the Relationship Between Framing and Ideology in the Study of Social Movements: A Comment on Oliver and Johnston." *Mobilization* 2000.
- SOMERS, M. 1998 - "We're No Angels": Realism, Rational Choice, and Relationality in Social Science." *American Journal of Sociology* 104(3): 722-84.
- SOYSAL, Y. 1994 - *Limits of Citizenship*. Chicago. University of Chicago Press.
- STEINBERG, M. 1993. "Rethinking Ideology." *Sociological Theory* 11 (3): 314-320.
- STRATH, B. 2003 - "The State and its Critics: is there a Post-Modern Challenge?" In Skinner, Q. e Strath, B. (Eds.), *States and Citizens*. Cambridge: Cambridge University Press: 167-90.
- SUTHERLAND, C. 2005 - "Nation-Building Through Discourse Theory." *Nations and Nationalism* 11(2): 185-202.
- SWIDLER, A. 1986 - "Culture in Action: Symbols and Strategies." *American Sociological Review* 51: 273-86.
- _____. 1995 - "Cultural Power and Social Movements," In Johnston, H. e Klandermans B. (Eds.), *Social Movements and Culture*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- _____. 1996 - "Geertz's Ambiguous Legacy." *Contemporary Sociology* 25: 299-302.
- TARROW, S. 1992 - "Mentalities, Political Cultures and Collective Action Frames." In Morris, A. e Mueller, C. (Eds.), *Frontiers in Social Movement Research*. New Haven: Yale University Press.
- TODOROV, T. 1984 - *Mikhail Bakhtin: The Dialogic Principle*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- TSEBELIS, G. 1997 - "Rational Choice and Culture." *APSA-CP8* (2): 15-18.
- WARREN, M.E. 1999 - "What is Political?" *Journal of Theoretical Politics* 11(2): 207-31
- WEBER, M. 1946a - "The Social Psychology of World Religions." In Gerth, H. e Wright Mills, C., *From Max Weber*. Nova Iorque: Oxford University Press.

- _____.1946b - "The Protestant Sects and the Spirit of Capitalism." In Gerth, H e Wright Mills, C, *From Max Weber*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- WEDEEN, L. 2002 - "Conceptualizing Culture: Possibilities for Political Science." *American Political Science Review* 96(4) 713-28.
- WENDT, A. 1999 - *Social Theory of International Politics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- WENDT, A e SHAPIRO, I. 1999 - "The difference that realism makes: Social science and the politics of consent." *Politics and Society* 20 (2): 197-224.
- WILDAVSKI, A. 1987 - "Choosing Preferences by Constructing Institutions: A Culture Theory of Preference Formation." *American Political Science Review* 81: 3-21.
- WITTGENSTEIN, L. 1953 - *Philosophical Investigations*. Nova Iorque: Macmillan.
- WUTHNOW, R. 1987 - *Meaning and Moral Order: Explorations in Cultural Analysis*. Berkeley: University of California Press.
- ZALD, Mayer N. 1996. 'Culture, Ideology, and Strategic Framing.'" In McAdam, D., McCarthy, J.D., Zald, M, *Comparative Perspectives on Social Movements: Political Opportunities, Mobilizing Structures, and Cultural Framings*. Cambridge: Cambridge University Press.